

## EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

### O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO FRENTE A EXPLORAÇÃO DE SAL-GEMA EM MACEIÓ E AS ATIVIDADES PREDATÓRIAS DA BRASKEM<sup>1</sup>

### THE ROLE OF THE BRAZILIAN STATE IN FRONT OF THE EXPLORATION OF HALITE IN MACEIÓ AND THE PREDATORY ACTIVITIES OF BRASKEM

Lais Benevenuto de Azevedo<sup>2</sup>  
Danilo Augusto da Silva Horta<sup>3</sup>

#### RESUMO

A exploração de sal-gema é uma atividade que se desenvolve na cidade de Maceió desde a década de 1970, tendo origem nas ideias e ações desenvolvimentistas promovidas pelo Estado brasileiro. A extração desse minério se processou inicialmente pela Salgema S.A, e foi continuado pela Braskem, formada a partir da fusão da Salgema e inúmeras outras empresas, uma das principais empresas nacionais e uma das maiores atuantes nos setores petroquímicos. Apesar de trazer benefícios econômicos, a forma pela qual a extração de sal-gema se processou na região Maceióense foi predatória, sendo responsável por causar um dos maiores crimes ambientais da história brasileira, em especial por ocorrer em meio urbano. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a forma pela qual a extração de sal-gema pela Braskem se processou em Maceió/Alagoas e os efeitos dela sobre a sociedade Maceioense, e discorrer sobre o papel do Estado brasileiro neste processo.

**Palavras-chave:** Braskem; Maceió; Estado brasileiro.

#### ABSTRACT

Halite exploration is an activity that has been carried out in the city of Maceió since the 1970s, originating from developmentalism ideas and actions promoted by the Brazilian State. The extraction of this ore was initially carried out by Salgema S.A, and was continued by Braskem,

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Código de Financiamento 141237/2024-4.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO/UFU). Bolsista financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na modalidade Doutorado (GD) Código de Financiamento 141237/2024-4. E-mail: laisbazevedo@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/UNICAMP). E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

formed from the merger of Salgema and numerous other companies, one of the main national enterprises and one of the largest players in the petrochemical sectors. Despite bringing economic benefits, the halite extraction was carried out in a predatory manner in the Maceió region, causing one of the biggest environmental crimes in Brazilian history, especially since it occurred in urban surroundings. Thus, the objective of this work is to analyze the way in which halite extraction by Braskem took place in Maceió/Alagoas and its effects on Maceió society and discuss the role of the Brazilian State in the process.

**Keywords:** Braskem; Maceió; Brazilian state.

## 1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira é, historicamente, marcada por dinâmicas econômicas que impõem grandes custos à sociedade e ao meio ambiente. A situação econômico-dependente do Brasil, que torna a economia nacional determinada pelas dinâmicas e demandas das principais potências econômicas do mundo, foi responsável por gestar uma economia na qual os setores primário-exportadores possuem centralidade. Mesmo após o século XX, em que se observa grandes processos de industrialização dos setores econômicos nacionais, os setores primário-exportadores mantiveram sua importância para a economia brasileira. Nesse contexto, inúmeros são os casos de empresas/indústrias no Brasil que produzem recursos primários de maneira exploratória, causando grandes danos ambientais e prejudicando a saúde da população. Na grande maioria dos casos, as ações dessas empresas são respaldadas pelo Estado Brasileiro, que não apenas convém com a forma pela qual estas exploram os recursos naturais, mas que também financia, direta e indiretamente, muitas dessas atividades. Um dos casos recentes de empresas que exploram os recursos naturais de maneira predatória é o caso da Braskem em Maceió, onde a exploração de sal-gema levou a um dos maiores crimes ambientais urbanos do Brasil.

Tendo isso em mente, o presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo de caso sobre a exploração de sal-gema empregada pela Braskem em Maceió e discorrer sobre como este é representativo do neoextrativismo e como ele revela a forma pela qual o Estado Brasileiro se portar frente a exploração desenfreada de recursos nacionais em prol da acumulação de capital. A pesquisa se estrutura a partir do materialismo histórico-dialético e foi desenvolvida a partir dos seguintes métodos procedimentais: 1º) pesquisa exploratória, onde será realizado um levantamento bibliográfico referente ao caso da atuação da Braskem em

Maceió; 2º) revisão bibliográfica e análise documental (com destaque para o material produzido pela própria Braskem) e 3º) análise explicativa, a fim de atingir os objetivos do trabalho com os materiais levantados nas etapas anteriores.

O texto se encontra estruturado em 4 seções, contando com esta introdução. Na segunda, buscamos analisar a forma pela qual se processou a exploração do sal-gema em Maceió-Alagoas e os motivos que levaram ao desastre ambiental, causado diretamente pela extração predatória do recurso pela Braskem, um dos principais conglomerados do país. Na terceira seção, buscou-se discutir rapidamente acerca dos processos de implementação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento no Brasil, até a estruturação do projeto neodesenvolvimentista neoextrativista, de estímulo à exploração extensiva e intensiva dos recursos naturais nacionais pelo capital transnacional, como forma de inserção nos fluxos financeiros internacionais e os consequentes efeitos destrutivos desse projeto para a classe trabalhadora. Ao que nos sentimos confortáveis em realizar considerações finais, que articulam esses processos.

## **2 A EXPLORAÇÃO DE SAL-GEMA (NaCl) EM MACEIÓ/ALAGOAS E AS ATIVIDADES DA BRASKEM: DA EXPLORAÇÃO ABUSIVA DE RECURSOS NATURAIS AO CRIME AMBIENTAL**

A história de exploração de sal-gema em Maceió/Alagoas e a formação da Braskem, empresa transnacional de grande porte e uma das principais empresas nacionais, são determinadas pelas mudanças político-econômicas do Brasil. O sal-gema, conhecido como halita ou NaCl, é uma matéria-prima/insumo fundamental para diversas indústrias químicas, sendo utilizado para a produção de cloro e derivados, soda e derivados e PVC (Barros Filho; Luedemann, 2021; Teixeira et al., 2020; Braskem, 2023). No Brasil, apesar de possuir grandes reservas de sal-gema em diversas partes de seu território, em especial em alguns municípios do Espírito Santo, a exploração deste recurso só se desenvolveu nos estados de Alagoas e da Bahia (Teixeira et al., 2020).

Em Alagoas, e mais especificamente em Maceió, as reservas desse minério foram descobertas na década de 1940, após a iniciativa de alguns pesquisadores e setores interessados em promover a diversificação de atividades econômicas na região, em prol do desenvolvimento (Barros Filho; Luedemann, 2021); ao todo, Alagoas concentra 14% das reservas conhecidas desse minério no Brasil (Teixeira et al., 2020). Com a descoberta das

enormes reservas de sal-gema na região, houve o interesse pela exploração deste recurso, apesar desta só se iniciar, efetivamente, em décadas posteriores.

Entre aqueles que desejavam explorar o recurso em Maceió, e desenvolver ramos industriais em torno da extração deste recurso, estava o engenheiro Euvaldo Freire de Carvalho Luz, responsável por pesquisar, organizar e estruturar a exploração deste minério na capital alagoana (Barros Filho; Luedemann, 2021). Por meio do Decreto nº 59.356 de outubro de 1966, Euvaldo Luz ganha autorização para pesquisar sal-gema em terrenos de sua propriedade e nos terrenos da União (Brasil, 1966), fato este que aponta para os estímulos do Estado brasileiro, guiado pelo ideal desenvolvimentista, ao desenvolvimento de novas atividades econômicas e à diversificação industrial no território brasileiro. No mesmo ano em que ganha autorização para pesquisar o minério em Maceió, Euvaldo Luz cria a Salgema Indústrias Químicas S.A., que inicialmente contava apenas com capital privado (Barros Filho; Luedemann, 2021; Teixeira et al., 2020).

Após os anos iniciais da pesquisa, a Salgema S.A. passa a preparar-se para a extração do minério e a estrutura de suas atividades produtivas. Em 1974 inicia-se a implantação da indústria na região, avançando-se na construção da fábrica de cloro-soda no Pontal da Barra, do campo de salmoura e do terminal marítimo relacionado ao projeto. Em 1975 a Petroquisa comprou as ações majoritárias de Euvaldo Luz, de modo que a Salgema S.A passa por um processo de estatização (Barros Filho; Luedemann, 2021; Braskem, 2023.). De acordo com Barros Filho; Luedemann (2021, p. 10):

Esta aderência do Estado brasileiro ao setor petroquímico em Alagoas, fazia parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que neste caso associava a produção das matérias-primas oriundas da sal-gema de Maceió para abastecimento do Polo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia.

Em 1976 se inicia a extração de sal-gema pela empresa Salgema S.A, estatizada até então, e a produção de cloro e soda cáustica na fábrica do Pontal do Barra (Braskem, 2023.). Em 1980, a capacidade produtiva da fábrica do Pontal do Barra é duplicada (Barros Filho; Luedemann, 2021), elevando-se o ritmo produtivo e a exigência de matérias-primas para a produção.

Na década de 1990, em decorrência das políticas neoliberais processadas no Brasil, e a consequente busca por desestatizar a economia e privatizar empresas estatais, a Salgema S.A

passa por um processo de privatização. Neste processo, grandes grupos econômicos nacionais são beneficiados, especialmente o Grupo Odebrecht (agora denominado grupo Novodor), que adquire grande parcela da Salgema S.A e de outras empresas, como a PPH, a Poliolefinas S.A., e a CPC, formado um novo conglomerado denominado Trikem S.A, em 1996, responsável por atuar nos setores cloro-químicos e petroquímicos (Barros Filho; Luedemann, 2021; Teixeira et al., 2020; Braskem, 2023)

Apesar da Trikem S.A ser uma grande empresa nos setores em que atuava, o processo de centralização do capital se desenvolveu. Em 2002, a Braskem S.A surge a partir da fusão de 6 empresas: Copene, OPP, Trikem, Proppet, Nitrocarbono e Polialden, iniciando suas atividades como uma das principais empresas do setor petroquímico da América Latina. Em pouco tempo a empresa passa a diversificar suas atividades, comprando empresas na Alemanha e nos Estados Unidos, e ampliando sua produção (Braskem, 2024; Teixeira et al., 2020). Em 2012, “ A Braskem inaugura sua fábrica de PVC no Polo Industrial de Marechal Deodoro, cidade vizinha a Maceió, e se torna a maior produtora desse polímero das Américas.” (Braskem, 2023, s.p.).

Apesar da empresa estar em domínio do grupo Novodor (antigo Odebrecht), a Petrobras ainda se configura enquanto um dos principais acionistas da empresa. Em 2023, a estrutura societária da empresa era a seguinte: 1) Capital Votante: Novodor, 50,1%; Petrobras, 47% e Outros, 2,9%; 2) Capital Total: Novodor, 38,3%; Petrobras, 36,1% e Outros, 25,5% (Braskem, 2023b). Isso significa que o Estado brasileiro é beneficiado diretamente das atividades desenvolvidas pela Braskem.

Dito isso, é fundamental reconhecermos que este grande conglomerado desenvolveu suas atividades extrativas por mais de quatro décadas em Maceió/Alagoas, cujo sal-gema extraído não apenas é fundamental para a produção de cloro e soda nas fábricas da empresa na região, mas também fazem parte de uma cadeia de produção cada vez mais vasta. Apesar da importância econômica que a exploração do sal-gema possui para o município de Maceió e para o Estado de Alagoas, sendo importante para o emprego e renda dessas regiões, é fundamental apontar que sua extração não ocorre sem causar degradações ambientais, especialmente quando não são realizados procedimentos (que elevam o custo da produção) para mitigar os impactos negativos da atividade extrativa sobre o meio ambiente.

Em Alagoas, a extração desse minério se processou via perfuração de poços verticais (perfurados em linha reta) e direcionais (que sofrem desvios em relação a área inicial de perfuração, podendo sofrer desvios de até 300 metros) na área urbana da cidade, em especial

nos bairros de Mutange, Bebedouro e Pinheiro, e na Laguna Mundaú. Foram 35 poços abertos, possuindo profundidades que variam entre 850 a 1200 metros de profundidade (Fernandes, 2023; Barros Filho; Luedemann, 2021; Teixeira et al., 2020). De acordo com Teixeira et al. (2020, p. 34):

A extração acontece por meio da perfuração de poços, com a utilização de três tubos que vão do solo até a salmoura. Um dos tubos, o principal, é responsável pela injeção de água, para que, logo em seguida, se una ao sal, dissolvendo-o e, tornando possível, finalmente, a retirada da salmoura por um dos tubos anulares. A função do terceiro tubo é para controle e medida do fundo do poço.

Ao extrair o sal-gema, seria fundamental realizar medidas para mitigar os efeitos prejudiciais das atividades extrativas sobre o meio ambiente, mas estas, em mais de quatro décadas de exploração não foram realizadas. Desde 2018, em decorrência da extração predatória do sal-gema na região, vem se processando um dos maiores desastres ambientais do século XXI em Maceió (Agrassar; Dias; Verbicaro, 2024).

As consequências da extração predatória de sal-gema pela Braskem S.A., cuja responsabilidade pela tragédia foi atribuída pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB), tornaram-se visíveis e seus efeitos negativos passaram a atingir os indivíduos e instituições que viviam próximos às atividades extrativas da empresa em Maceió a partir de fevereiro de 2018, quando estes notaram crescentes deformações no terreno do Bairro Pinheiro e observaram recorrências crescentes de fissuras e rachaduras nas infraestruturas do bairro e em suas residências. Em março do mesmo ano, os moradores deste bairro sentiram um tremor de terra, que resultou em grandes danos ao terreno do bairro, às suas infraestruturas e às residências dos moradores, causando uma subsidência do solo e criando deformações rúpteis no bairro Pinheiro e nos bairros Mutange e Bebedouro, que se espalham para demais especialidades de Maceió, como os bairros Bom Parto e Farol (Agrassar; Dias; Verbicaro, 2024; Barros Filho; Luedemann, 2021; Teixeira et al., 2020).

Os efeitos negativos de tal atividade sobre o meio ambiente, sociedade e economia Maceióense foram enormes: milhares de pessoas e famílias foram desalojadas de suas residências (sem ter escolha alguma em relação a isto e sendo levadas a aceitarem o acordo com a empresa); vínculos sociais, religiosos, culturais foram destruídos; instituições e histórias apagadas; dinâmicas econômicas e serviços públicos de toda a cidade e Estado afetados, etc. Após causar um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil, que se assemelha aos

desastres de Mariana e Brumadinho, a Braskem S.A. interrompeu a exploração de sal-gema em maio de 2019 e realizou uma série de acordos com os órgãos públicos para mitigar os estragos causados por sua atividade predatória sobre os recursos naturais brasileiros. De acordo com a empresa transnacional:

Desde 2019, a Braskem desenvolve ações com foco na segurança das pessoas e na implementação de medidas amplas e adequadas para mitigar, compensar ou reparar impactos decorrentes do afundamento do solo nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro, Mutange e Farol. Há, entre outros, cinco acordos principais celebrados com autoridades federais, estaduais e municipal e homologados pela Justiça, que abrangem diversas medidas fiscalizadas com rigor pelos órgãos competentes, como a realocação preventiva e compensação financeira das famílias; apoio psicológico; ações sociourbanísticas e ambientais; apoio a animais; zeladoria nos bairros; monitoramento do solo e fechamento definitivo dos poços de sal; integração urbana e desenvolvimento da comunidade dos Flexais; e indenização ao Município de Maceió. (Braskem, 2023, s.p.)

De toda forma, dos 35 poços de sal, 11 ainda se encontram abertos e um deles, o poço 18, às margens da Laguna Mundaú, se mantém sob risco de colapso (Fernandes, 2023; Braskem, 2023). De toda forma, em nosso entendimento, a degradação ambiental e os problemas socioeconômicos gerados pela exploração predatória do sal-gema pela Braskem não teriam sido possíveis sem auxílio, direto e indireto, do Estado Brasileiro, que atua a fim de assegurar um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração dos recursos naturais, sem levar em consideração seus efeitos prejudiciais para o meio ambiente e para a população nacional. Nas próximas seções buscaremos discutir como esse caso reflete os problemas do denominado neoextrativismo e como o Estado atua a fim de assegurar a superexploração dos recursos naturais nacionais, auxiliando e legitimando as atividades extrativas realizadas por grandes capitais.

### **3 DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO AO NEOEXTRATIVISMO: O ESTADO COMO PATROCINADOR DE CRIMES AMBIENTAIS E A APROPRIAÇÃO EXTERNA DE VALOR**

Ao tratarmos de economia brasileira, não podemos perder de vista os processos coloniais seguidos do estabelecimento de relações de dependência que inserem o país de maneira subordinada na dinâmica capitalista. Não podemos esquecer também do papel crucial do Estado, enquanto aparato da burguesia, no patrocínio a processos violentos de apropriação de valor do trabalho e dos recursos naturais nacionais. Para compreendermos a estrutura que

autoriza e impulsiona as contínuas práticas de crimes socioambientais, como o caso da Braskem em Maceió, é preciso observarmos um pouco do recente histórico de inserção brasileira no regime de acumulação capitalista. Iniciamos nossa análise durante a implantação do projeto nacional desenvolvimentista e enfocamos o recente neodesenvolvimentismo neoextrativista, como forma de exprimir os nítidos limites ao verdadeiro desenvolvimento nacional de base popular numa estrutura que mercantiliza e financeiriza a vida em seus mais diversos âmbitos.

O Estado Brasileiro assume, a partir da década de 1930, uma estratégia de investimento no setor industrial responsável pelo que alguns autores apontam como deslocamento do eixo dinâmico nacional de fora para dentro (Tavares, M. C. 2016). O que acontece é abertura de uma brecha conjuntural mediante a crise das economias centrais pós-II Guerra, que permite o desenvolvimento de uma planta industrial doméstica primordialmente promovida pelo Estado (Paulani, 2012). A economia brasileira, no entanto, permanece fortemente ancorada no setor primário e nas atividades extrativas para a garantia à entrada de divisas, e a indústria nacional não deslança como competidora equiparada ao aparato industrial das economias centrais. De maneira que as relações estruturais de dependência se perpetuam na nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e o eixo dinâmico da economia brasileira permanece essencialmente voltado para fora e embasado na superexploração do trabalho e na exploração excessiva dos recursos (Marini, 1981; Tavares, M. C. 2016).

Nessa esteira, nos anos de 1970, os governos ditatoriais militares adotam a ideia de polos de crescimento para a implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) - minerais e energéticos - que visavam a integração vertical e horizontal da produção e comercialização, com foco em áreas consideradas marginais à dinâmica econômica nacional (Alentejano, Tavares, E. 2021). O que significa que os GPDs supostamente contribuiriam com a implantação de condições técnicas de desenvolvimento para seu funcionamento, como promoção infraestrutural, modal, energética e industrial; especialmente atrativos para economias periféricas como a brasileira (Alentejano, Tavares, E. 2021). O que se observa, entretanto, é a regular ausência do prometido efeito multiplicador a ser estimulado pelos GPDs e, em seu lugar, o desencadeamento de vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais nos espaços de implantação, juntamente com a apropriação dos excedentes gerados por atores externos (Marques, 2019; Alentejano, Tavares, E. 2021).

Nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, a dependência econômica brasileira não apenas persiste como se aprofunda. Com o desencadeamento dos movimentos globais em torno à

reestruturação do regime de acumulação de capital, a partir dos choques do petróleo e do juro, a conjuntura propícia ao investimento industrial nas economias periféricas se encerra e a massiva fuga de capitais ocasiona uma série de profundas crises na região (Gowan, 2003; Paulani, 2012). Inicia-se um processo de mundialização do capital, abertura econômica, intensa especulação sobre ativos e aceleração da concentração e centralização de capitais (Chesnais, 1998). O Estado brasileiro, já durante o processo de redemocratização, busca se adequar ao novo cenário, através de uma inserção passiva no capitalismo financeirizado, com a adoção do pacote neoliberal de políticas macroeconômicas focadas na austeridade (Paulani, 2012). O que significa a retração nos investimentos industriais voltados ao consumo interno – e de maior grau de complexidade - e o estímulo à agroindústria e à indústria extrativa para garantia do superávit da balança comercial, com o corte das importações de maquinário e expansão das exportações de produtos básicos e semi elaborados (Delgado, 2012).

O último quarto do século XX torna-se palco, portanto, de uma reestruturação a nível mundial do regime de acumulação capitalista nas esferas financeira e produtiva, que culminam na formação das cadeias globais de valor. Esse processo de desterritorialização da captura de excedente e de deslocamento geográfico da produção, aprofunda a dependência de economias periféricas como a brasileira, que se voltam à exportação-primária para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos (Harvey, 2004; Delgado, 2012). Abrem-se as fronteiras nacionais ao grande capital transnacional para a exploração extensiva e intensiva de recursos naturais, enquanto as economias centrais tornam-se grandes centros financeiros e polos de produção altamente tecnológica (Material Flows, 2024).

Na década de 1990, principalmente a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Brasil se lança enquanto plataforma de valorização financeira, a chamada inserção ativa brasileira no capitalismo financeirizado (Paulani, 2012). O projeto estrutura-se a partir da valorização cambial e da manutenção de altas taxas de juros, que estimulam o afluxo de capitais e causam a desaceleração da estratégia primário-exportadora de 1994 a 1999 (Delgado, 2012). Logo em seguida, no entanto, mediante novo arrocho do setor externo e crise cambial, ocasionados pela pressão da conta de Serviços e das reservas internacionais, o governo FHC investe novamente na construção de uma economia do agronegócio e da indústria extrativa - agora também altamente financeirizados - para garantir o equilíbrio do Balanço de Pagamentos (Delgado, 2012). Lançam-se as bases do projeto neoextrativista brasileiro.

A década de 2000 representa a retomada dos GPDs no Brasil após o desmonte neoliberal

do final do século XX, com destaque para os empreendimentos do IIRSA e do PAC, voltados para a articulação da produção e escoamento de *commodities*, nos moldes de um neodesenvolvimentismo orientado para e pelas dinâmicas próprias do capitalismo financeirizado, e pela explosão da demanda chinesa por cereais e minerais, que impulsionam as monoculturas de soja e a extração de alumínio, bauxita e ferro (Marques, 2019; Alentejano, Tavares, E. 2021). O projeto neoextrativista, no entanto, desencadeia processos de chantagem por deslocalização e de ampliação da exposição de populações vulnerabilizadas aos riscos da implementação de grandes empreendimentos, baseados na acumulação por espoliação (Acselrad, Bezerra, 2010). Processos particularmente acentuados numa economia de base oligárquica, latifundiária e patrimonialista como a brasileira.

Nessa direção, podemos questionar o que constitui o neodesenvolvimentismo brasileiro e quais seus pontos de ruptura com a ordem neoliberal. Boito (2012) aponta o neodesenvolvimentismo petista muito mais como articulação de uma fração da burguesia interna, que visava garantir a retomada de sua apropriação de excedente no contexto neoliberal e da globalização. De maneira que, esse projeto particular de desenvolvimento, com forte apelo financeiro e neoextrativista, funciona como adaptação de uma economia periférica à atual condição hegemônica do capital transnacional (Gudynas, 2012).

Gudynas (2012) trabalha com a ideia de um “Estado compensador”, que se subjugua aos interesses da burguesia, ofertando pequenas concessões que amortizam a violência cotidiana e acelerada do capital sobre a vida da classe trabalhadora. O que observamos, no entanto, é a extremação da conciliação de classes, que serve mais como desmobilizador social e garante a continuidade do saque e da apropriação de mais-valia a ritmos progressivamente acelerados. O fenômeno da reprimarização da pauta de exportação no Brasil, demonstra ainda a fragilidade a médio prazo de um novo desenvolvimentismo de base neoextrativista, inerentemente subjugado ao seu eixo externo (Delgado, 2012). Os crimes ambientais, os conflitos fundiários e os impactos diários dos GPDs para a classe trabalhadora, demonstram sua ineficácia e potencial degradante no tempo presente.

#### 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar o histórico da exploração predatória de sal-gema em Maceió/Alagoas pela Braskem, que resultou num dos maiores crimes ambientais da história

brasileira, de alto impacto em área urbana densamente populada. Buscamos também compreender as raízes estruturais que permitem a contínua instalação de grandes empreendimentos de alto risco para as populações locais, com o aval e o incentivo estatais. Para tal, voltamos nossos olhos às conjunturas internacionais e suas repercussões domésticas, que conformaram o estabelecimento de Grandes Projeto de Desenvolvimento em diversas quadras históricas brasileiras. Também buscamos compreender por que essas estratégias não resultaram em desenvolvimento popular real e, pelo contrário, se provaram continuamente destrutivas do ponto de vista socioambiental. A Braskem e a extração de sal-gema se inserem nessas dinâmicas e nesse projeto brasileiro, tendo poucas consequências para suas ações predatórias e criminosas

Dito isto não podemos perder de vista os processos base sobre os quais o neoextrativismo se desenvolve, enquanto expressão mundializada e financeirizada das dinâmicas próprias do regime de acumulação capitalista, do imperialismo e de seus desdobramentos locais para as economias historicamente estruturadas como dependentes. Ao longo da história brasileira, os GPDs foram desenvolvidos não somente motivados pela apropriação de excedente e por meio do saque violento dos fatores de trabalho, mas também primordialmente estimulados pelo eixo externo da economia, ou seja, para suprir as necessidades conjunturais e estruturais das economias centrais. Esse processo de saque, destruição e violência para implantação da lógica capitalista nos espaços, serve como maximizador de lucratividade das grandes empresas monopolistas, expressão do imperialismo e da centralização e concentração de capitais, desde os primórdios do capitalismo industrial-bancário (Lenin, 2010). Compreendê-lo é essencial para o combate eficaz e sistêmico de uma estrutura exploratória, que mercantiliza da natureza à vida humana, colocando em xeque o equilíbrio metabólico social-natural planetário.

Para além, é preciso observarmos as vulnerabilidades estruturais que conformam a situação atual em relação aos grandes empreendimentos. Os lucros exorbitantes advindos da exploração mineral, por exemplo, transformam os potenciais riscos à vida humana em meros cálculos de custo-benefício, que, muitas vezes, posicionam o possível pagamento de multas e indenização como mais vantajosos que as constantes manutenções preventivas. A mercantilização da vida – que engloba todo o metabolismo social – a financeirização e a

dependência de economias como a brasileira, aprofundam nossa vulnerabilidade frente aos grandes empreendimentos e fere qualquer possibilidade de soberania popular verdadeira.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. Em: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

AGRASSAR, Hugo; DIAS, Daniela; VERBICARO, Dennis. Dano Ambiental na Cidade Líquida: Um Estudo de Caso da Braskem em Maceió. **Revista de Direito da Cidade**, v. 15, n. 4, p. 2211–2233, 2024. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/79682>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

ALENTEJANO, Paulo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. Em: **Geografia dos Grandes Projetos de Desenvolvimento: reflexões a partir dos conflitos no estado do Rio de Janeiro e Niterói**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2012.

BARROS FILHO, José Roberto; LUEDEMANN, Marta. A indústria mineral de sal-gema e a formação da cidade de Maceió-AL. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), 10 a 15 de outubro de 2021. **Anais eletrônicos do XIV ENANPEGE**, online, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78578>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

BOITO, Armando. **A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar**. Brasil de Fato, 9 de abr. de 2012.

BRASIL. Decreto nº 59.356, de 4 de outubro de 1966. Autoriza o cidadão brasileiro Euvaldo Freire de Carvalho Luz a pesquisar salgema no município, de Maceió, Estado de Alagoas. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/10/1966**, Página 11704 (Publicação Original). Disponível em: <<https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/example/index/abnt/decreto-lei>>. Acesso em 5 de mai. de 2024

BRASKEM. **Braskem Alagoas - Atualizações sobre Maceió**. 2023. Disponível em: <<https://alagoas.braskem.com.br/>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

BRASKEM. **Estrutura Societária**. 2023. Disponível em: <<https://www.braskem-ri.com.br/a-companhia/estrutura-societaria/>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

BRASKEM. **Perfil e História**. 2024. Disponível em: <<https://www.braskem.com.br/perfil#2002>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

CHESNAIS, F. **La mondialisation du capital**. Paris: Syros, 1994.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1 ed. UFRGS Editora: 2012

FERNANDES, Bruno. 11 das 35 minas de sal-gema da Braskem em Maceió ainda não foram fechadas. **Uol**, Maceió, 6 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/cnuHJ>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

GUDYNAS, Eduardo. **Estado compensador y nuevos extractivismos**: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Revista Nueva Sociedad*. 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LENIN, Vladimir. I. **O Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LIMA, Paulo César Ribeiro. Duplo Expresso. **A Petrobras, o setor petroquímico e a Braskem**. 2018. Disponível em: <<https://duploexpresso.com/?p=97660>>. Acesso em: 10 de mai. De 2024

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Era, 1981.

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: Riqueza, Degradação e Saque. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019

Material Flows. **Global trends of material use**. 2024. Disponível em: <<https://www.materialflows.net/global-trends-of-material-use/>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

PAULANI, Leda Maria. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**, [s. l], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr. 2012. Trimestral. IPEA

TAVARES, Maria da Conceição. The Growth and Decline of Input Substitution in Brazil. In: **Eclac Thinking**: Selected Texts (1948-1998). United Nations, 2016.

TEIXEIRA, Arthur; NASCIMENTO, Carlos; SILVA, Clayton; LIMA, Jessé; FRAGOSO, Marília. A lógica do discurso ambientalista empresarial: da extração de sal-gema aos impactos no ambiente urbano. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.9, n.1, p. 27-42, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/243613>>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.